

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é apresentada no Poder Legislativo

Delfino Nervis, chefe do Controle Interno da Prefeitura de Guaporé, mostrou projeções do orçamento para os anos de 2017, 2018 e 2019

08/09/2016 às 09:39 (atualizado em 08/09/2016 às 09:41)



Nervis mostrou, em audiência pública, a realidade das receitas e despesas da Administração Municipal
Foto: Câmara de Vereadores

O gestor eleito para os anos de 2017 a 2020 ao Poder Público Municipal, de Guaporé, administrará, segundo projeções do Controle Interno da Prefeitura apresentadas em audiência pública nas dependências da Câmara de Vereadores, R\$ 90 milhões em 2017 e mais de R\$ 110 milhões em 2019. As atividades, que expuseram e analisaram o Projeto de Lei n.º 41/2016 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para Exercício Financeiro de 2017, contaram com a participação dos parlamentares guaporenses, representantes de entidades, comunidade em geral e imprensa.

Segundo Nervis, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) está diretamente vinculada ao Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). A diferença entre eles é que a PPA é planejada para ser revista e reorganizada a cada quatro anos – contemplando todas as administrações – enquanto as outras duas são reavaliadas anualmente. A LOA, no entanto, é operacional: ela estabelece a quantificação detalhada de todos os gastos previstos, anteriormente, pela LDO. Neste sentido, a LDO serve para estabelecer as metas e prioridades da Administração Pública para o exercício financeiro subsequente, além de orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Nervis apresentou aos munícipes o orçamento 2016 reestimado. No fechamento das contas do ano, a expectativa é que as receitas alcancem R\$ 81,55 milhões. Em 2015, foi liquidado R\$ 68 milhões. A memória de cálculo das receitas e despesas para os anos de 2017, 2018 e 2019 apontam crescimento. Para o primeiro ano do novo governo, está projetado R\$ 90,43 milhões. Em 2018, o valor subirá para R\$ 99,9 milhões e em 2019 a projeção é de R\$ 112,2 milhões.

Os números, segundo o chefe do Controle Interno, variam conforme a movimentação da economia do Brasil e os repasses efetuados pelos Governos Federal e Estadual, entre eles o Fundo de Participação dos Municípios e o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)